



The Wall Street Journal

Puzder Withdraws As Labor Secretary

By Eric Lipton
Associated Press

Andrew Puzder, a former CEO of a fast-food restaurant, withdrew from consideration as labor secretary in a new blow to the Trump administration after Republican supporters in the Senate disapproved his personal disinterest in the position. The withdrawal came ahead of a hearing on Puzder's nomination. Puzder, a career business executive, resigned over contacts with Russian officials last year. Edward Hader, a career bureaucrat employed by the department since 1978, will likely remain acting secretary until a new nominee can be confirmed.

01 Artigo recebido em: 12/11/2016
Artigo aprovado em: 15/02/2017
DOI 10.5380/2238-0701.0n0p33-52

Hegemonia. Comunicação. Cultura.





O conceito de hegemonia em “Dos Meios às Mediações”, de Martín-Barbero

*The concept of hegemony in Martín-Barbero's
“Communication, Culture and Hegemony”*

*El concepto de hegemonía en “De los medios a las
mediaciones”, de Martín-Barbero*

SÉRGIO LUIZ GADINI¹

MATHEUS LOBO PISMEL²

Resumo: Este artigo tem o objetivo de revisar e analisar o uso do conceito de hegemonia na obra “Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia”, do pesquisador Jesús Martín-Barbero (2014). A primeira parte recupera a genealogia do termo a partir do trabalho de Laclau e Mouffe (2015), desde a socialdemo-

¹ Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da UEPG. Realiza pesquisas sobre produção jornalística, com ênfase no campo cultural e representações de mídia e política. Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (1990) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004). E-mail: sergiogadini@yahoo.com.br

² Jornalista formado em 2013 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde pesquisa interfaces entre jornalismo, política e movimentos sociais. E-mail: matheuslobopismel@gmail.com

cracia russa e o economicismo até a complexificação do termo em Antonio Gramsci e a formulação própria dos autores. A segunda metade busca relacionar as implicações de hegemonia dentro da principal obra de Martín-Barbero. Nota-se que a formulação gramsciana foi mobilizada para se afastar de autores da Escola de Frankfurt enquanto se aproxima dos Estudos Culturais britânicos. Fica claro que a proposta de voltar o olhar às mediações tem como pilar fundamental a noção de hegemonia, que atravessa todo o estudo sobre os fenômenos culturais na sociedade de massas. Por outro lado, o caráter do conceito enquanto estratégia política é menos desenvolvido, mas aparece implícito ao longo da obra.

Palavras-chave: Hegemonia; Comunicação; Cultura; Martín-Barbero; Gramsci.

Abstract: *This article aims to review and analyze the use of the concept of hegemony in Martín-Barbero's "Communication, Culture and Hegemony: From Media to Meadition". The first part retrieves the genealogy of the term from the work of Laclau and Mouffe, from Russian social democracy and economism to the complexity of the term in Antonio Gramsci and the authors own formulation. The second half seeks to relate the implications of hegemony within the main work of Martín-Barbero. It is noted that the Gramscian formulation was mobilized to move away from authors of the Frankfurt School while approaching British Cultural Studies. It is clear that the proposal to return the look to the mediations has as fundamental pillar the notion of hegemony, that crosses the whole study on the cultural phenomena in the mass society. On the other hand, the character of the concept as a political strategy is less developed, but appears implicit throughout the work.*

Keywords: *Hegemony; Communication; Culture; Martín-Barbero; Gramsci.*

Resumen: *Este artículo tiene como objetivo revisar y analizar el uso del concepto de hegemonía en el libro "De los medios a las mediaciones: comunicación, la cultura y la hegemonía", del investigador Jesús Martín-Barbero. La primera parte recupera la genealogía del término siguiendo el trabajo de Laclau y Mouffe, desde la socialdemocracia rusa y el economicismo hasta la complejidad propuesta por Antonio Gramsci y la formulación misma de los dos autores. La segunda mitad busca relacionar las implicaciones de hegemo-*

nía dentro de la principal obra de Martín-Barbero. Se nota que la formulación gramsciana ha servido para alejarse de los autores de la Escuela de Frankfurt y acercarse a los Estudios Culturales británicos. Queda claro que la propuesta de volverse a las mediaciones tiene como base fundamental la noción de hegemonía, que cruza todo su investigación sobre los fenómenos culturales en la sociedad de masas. Por otro lado, el concepto como estrategia política está menos desarrollado, aunque que esté implícito en todo el trabajo.

Palavras clave: *Hegemonía; Comunicación; Cultura; Martín-Barbero; Gramsci.*

Introdução

Nascido na Espanha, mas radicado na Colômbia desde a juventude, Jesús Martín-Barbero pode ser considerado um dos ícones das teorias da Comunicação latino-americanas. Sua obra “Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia”, publicada em 1987, tornou-se um marco ao encarar os problemas da comunicação a partir da cultura. Voltando o olhar às *mediações* (e não aos meios), Martín-Barbero procurou rever o paradigma da relação linear entre produtores e receptores dos conteúdos massivos. Ao pesquisar os diferentes usos e apropriações populares, ele não encontra pura passividade e submissão, mas também resistência, reconhecimento e negociação de sentido.

Entre as principais referências teóricas de Martín-Barbero em “Dos Meios às Mediações” podemos destacar o alemão Walter Benjamin, o italiano Antonio Gramsci e o russo Mikhail Bakhtin, além de pioneiros dos estudos culturais britânicos, como Raymond Williams e Richard Hoggart, já influenciados, de certa forma, pelos três primeiros.

De Antonio Gramsci, Martín-Barbero resgatou especialmente sua concepção de hegemonia, “como un proceso vivido, hecho no sólo de fuerzas sino de sentido”. Ou seja, como explicou em palestra proferida em 2004, “comprender la comunicación implicaría entonces incluir en la investigación no sólo las tretas del dominador sino también aquello que en el dominado trabaja a favor del dominador” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 3).

Esse artigo aborda a utilização por Martín-Barbero deste conceito gramsciano de hegemonia em “Dos Meios às Mediações”. Para isso, em um primeiro momento, faz-se necessária a recuperação histórica do termo no interior do marxismo para, em seguida, estabelecer relações entre diferentes perspectivas a partir da obra analisada.

O problema da hegemonia

Em “Hegemonia e Estratégia Socialista: Por uma política democrática radical”, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) traçam a genealogia do conceito, da socialdemocracia russa, passando por Lenin e chegando a Gramsci, quando o termo “adquire um novo tipo de centralidade, que transcende seu uso tático ou estratégico: hegemonia se torna conceito-chave na compreensão da própria unidade existente numa formação social concreta” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 58). Os autores mostram

que, até Gramsci, o conceito de hegemonia havia sido mobilizado para preencher vazios teóricos e situações não previstas pelo desenvolvimento histórico “normal”, a saber, a fragmentação das classes sociais e a falta de unidade entre as lutas econômicas e políticas da classe operária.

Laclau e Mouffe indicam que a virada entre os séculos XIX e XX foi marcada por uma crise teórica do marxismo e, até as duas Grandes Guerras, os debates giraram em torno de dois momentos básicos: de um lado, a “opacidade do social, das complexidades e resistências de um capitalismo crescentemente organizado” e de outro “a fragmentação das diferentes posições dos agentes sociais que, de acordo com o paradigma clássico, deveriam ter se unido”. Daí por diante, segundo os autores, o problema central do marxismo tem sido encontrar “*formas de reconstituir* a unidade de elementos dispersos e heterogêneos” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 70-71), ou seja, pensar a forma hegemônica da política.

Para eles, três respostas são dadas pelo marxismo à essa crise que poderia ser sintetizada no seguinte dilema: “a base econômica é incapaz de assegurar a unidade de classe *no presente*, enquanto a política, o único terreno em que esta unidade presente pode ser construída, é incapaz de garantir convincentemente o caráter *classista* dos sujeitos unitários” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 93). A resposta da ortodoxia, *grosso modo*, jogava o problema de volta ao desenvolvimento objetivo das leis necessárias do capitalismo e seu consequente desdobramento político no futuro; a do revisionismo avançaria no debate ao definir certa autonomia da intervenção política em relação à economia, mas não romperia com a concepção gradualista da história; e a resposta do sindicalismo revolucionário inovaria na formulação de “blocos” e apresentaria traços da “lógica da contingência”, tensionando as “leis necessárias” da economia, sem no entanto descartar a unidade em torno a um sujeito de *classe*. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 57-100).

A formulação em torno do conceito de hegemonia está permeada por esse contexto de crise do marxismo. Na socialdemocracia russa, o problema a ser resolvido era a questão da tarefa de *classe* “natural” no período czarista, em outros termos, o papel que o proletariado deveria assumir diante da incapacidade da burguesia de levar a cabo reformas liberais-democráticas. “Tornou-se necessário caracterizar o novo tipo de relação entre a classe operária e as tarefas alheias que ela tinha que assumir num dado momento. Essa relação foi chamada de ‘hegemonia’” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 110).

Em Lênin, “hegemonia” foi formulada como o exercício de liderança política em uma aliança entre classes. Essa concepção, segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 117), abriu uma potencialidade democrática no discurso marxista, já que ao contrário do economicismo etapista, assumiu demandas coexistentes que iam além das tarefas “naturais” da classe operária, abrindo a possibilidade para lutas sociais de “massas” e não apenas de “classes”. O problema é que nesses termos a aliança não teria sua identidade alterada, são vínculos puramente externos, devido à prioridade ontológica concedida à classe operária. As consequências dessa formulação seriam a crescente separação entre a “vanguarda” (identificada com os “interesses objetivos da classe operária”) e as “massas”, conforme as demandas democráticas fossem se tornando mais diversas e a luta mais complexa. Para os autores, este outro lado da concepção a torna ambígua e permite possíveis interpretações e desdobramentos autoritários da política leninista (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 118-119).

Conforme Laclau e Mouffe (2015), em Gramsci *hegemonia* torna-se complexa e supera a ideia de “aliança de classes”. A diferença começa quando, dentro da construção hegemônica, o italiano passa de liderança “política” para liderança “moral e intelectual”, uma síntese superior que amalgama uma “vontade coletiva” de um determinado “bloco histórico”. Vejamos melhor como os autores veem esse “divisor de águas” gramsciano.

É neste movimento do plano “político” ao “intelectual e moral” que a transição decisiva rumo a um conceito de hegemonia além das “alianças de classes” tem lugar. Pois, enquanto a liderança política pode se fundamentar numa coincidência conjuntural de interesses na qual os setores participantes retêm sua identidade separada, a liderança moral e intelectual requer que um conjunto de “ideias” e “valores” seja compartilhado por uma série de setores – ou, para usar nossa terminologia, que certas posições de sujeito atravessem diversos segmentos de classe. A liderança intelectual e moral constituiu, de acordo com Gramsci, uma síntese superior, uma “vontade coletiva”, que através da ideologia, se torna o cimento orgânico que unifica um “bloco histórico” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 131).

Para Gramsci, os sujeitos não são – estritamente falando – classes, mas “vontades coletivas” complexas; de modo semelhante, os elementos ideológicos articulados por uma classe hegemônica não têm um pertencimento de classe necessário. (...) a vontade coletiva resulta da articulação político-ideológica de forças históricas dispersas e fragmentadas (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 132).

Laclau e Mouffe também destacam a importância atribuída por Gramsci ao “nacional-popular” e ao conceito de “Estado Integral”, em que o setor dominante “modifica sua própria natureza e identidade pela prática da hegemonia” (2015, p. 134). Formulações que seriam centrais na obra de Martín-Barbero (2014). Gramsci ilustra a teoria com dois exemplos, na relação entre democracia e hegemonia:

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto é aquele que se pode deduzir em conexão com o conceito de “hegemonia”. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia, e por conseguinte da legislação, que exprime este desenvolvimento, favorece a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente. Existia no Império Romano uma democracia imperia-territorial na concessão da cidadania aos povos conquistados, etc. Não podia existir democracia no feudalismo em virtude da constituição dos grupos fechados, etc. (GRAMSCI, 1991, p. 184)

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em determinadas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 1991, p. 116).

Laclau e Mouffe, no entanto, propõem um afastamento crítico de Gramsci por dois aspectos considerados ainda “essencialistas”:

a) sua insistência em que os sujeitos são necessariamente constituídos no plano das classes fundamentais; e b) seu postulado de que, com exceção de interregnos constituídos por crise orgânicas, toda formação social se estrutura em torno de um único centro hegemônico (LA-CLAU; MOUFFE, 2015, p. 217).

Assim, indo além de Gramsci e influenciados pelas teorias do discurso pós-estruturalista francês, a posição de Laclau e Mouffe está centrada na crítica radical ao economicismo e ao determinismo. Fundam sua teoria no privilégio da *articulação política* e partem da *indecibilidade do social* como condição de emergência da hegemonia. Para eles, as relações hegemônicas são “inteiramente dependentes de articulações políticas e não de entes constituídos fora do campo políticos – tais como ‘interesses de classe’”. Seguem os autores:

Se a objetividade social, através de suas leis internas, determinasse qualquer que fossem os arranjos estruturais (como numa concepção puramente sociologizante da sociedade), não haveria espaço para rearticulações hegemônicas – nem, na verdade, para a política como atividade autônoma. Para que haja hegemonia, o requisito é que os elementos cuja própria natureza não os predetermina a fazerem parte de um arranjo ou de outro não obstante convirjam, em decorrência de uma prática externa ou articuladora (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 39).

Feita essa recuperação, é preciso reforçar que as interpretações dos textos de Antonio Gramsci (muito devido às condições em que foram escritos, de maneira fragmentada, na prisão fascista de Mussolini) são objeto de fortes polêmicas políticas desde a primeira publicação póstuma de parte de sua obra, “As Cartas do cárcere”, na Itália, em 1947, dez anos após sua morte (COUTINHO, 2011, p. 91). No Brasil e na América Latina, da mesma forma, a “recepção” de Gramsci, traduzido pela primeira vez em 1965, em plena ditadura militar, não é pacífica, tanto na academia quanto nos partidos políticos (BURGOS, 2012).

Diálogos gramscianos em Martín-Barbero

Se Gramsci pode ser considerado um “divisor de águas” na tradição marxista, pode ser dado a Jesús Martín-Barbero o mesmo *status* dentro da área da Comunicação na América Latina. Nesta parte do artigo, apresentaremos trechos de “Dos Meios às Mediações” nos quais o teórico promove “diálogos gramscianos” com outros autores, mobilizando conceitos para se afastar ou se aproximar de determinadas perspectivas teórico-políticas e definir suas formulações.

Para Martín-Barbero, a fecundidade do reencontro com o “pensamento de Gramsci”, em meio à crise teórica das esquerdas, está na “re-descoberta do popular” (2014, p. 98) e das questões da cultura. No trecho abaixo, ao falar do papel de Gramsci dentro do marxismo, o autor expõe sua própria concepção de hegemonia:

Está, em primeiro lugar, o conceito de hegemonia elaborado por Gramsci, possibilitando pensar o processo de dominação social já não como imposição a partir de um *exterior* e sem *sujeitos*, mas como um processo no qual uma classe hegemônica, na medida em que representa interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas. E “na medida” significa aqui que não *há*

hegemonia, mas sim que ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente num “processo vivido”, feito não só de força mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução e de cumplicidade (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 122).

Direta ou indiretamente a corrente filosófica mais atingida pela obra do espanhol-colombiano foi a Escola de Frankfurt, principal paradigma crítico nos estudos sobre cultura e comunicação nas décadas anteriores à publicação de “Dos Meios às Mediações”, em 1987. Apoiando-se nas noções gramscianas de *hegemonia e sociedade civil*, Martín-Barbero reivindica a ruptura do filósofo mais “heterodoxo” da Escola, Walter Benjamin, em relação aos predecessores Theodor Adorno e Max Horkheimer.

Convencidos de que a onipotência do capital não teria limites, e cegos para as contradições que vinham das lutas operárias e da resistência-criatividade das classes populares, os críticos e censores de Benjamin [a saber, Adorno e Horkheimer] não podem ver nas tecnologias dos meios de comunicação mais que o instrumento fatal de uma alienação totalitária. *O que implicava desconhecer o funcionamento histórico da hegemonia e achatar a sociedade contra o Estado, negando e esquecendo a existência contraditória da sociedade civil.* (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 87, grifo nosso).

Martín-Barbero se afasta da Escola de Frankfurt não apenas por sua leitura de Gramsci (e Benjamin), mas também pela influência que recebeu da leitura gramsciana da sociedade via estudos culturais britânicos. Ao analisar a obra de Richard Hoggart, pioneiro desses estudos no fim da década de 1950, o autor explica o funcionamento da *hegemonia na indústria cultural*: utilização de dispositivos de *reconhecimento* seguida pela operação de expropriação.

Hoggart traça o mapa dessas operações que ‘exploram’ as aspirações de liberdade esvaziando-as de seu sentido de rebeldia e preenchendo-as de conteúdo consumista, que transformam a intolerância em indiferença ou o sentimento de solidariedade em igualitarismo conformista, e o apego às relações estreitas, pessoais, na torpe ‘personalização’. Com o que a intuição de Benjamin encontra sua mais plena confirmação: a razão secreta do êxito e a do modo de operar da indústria cultural remetem fundamentalmente ao modo como esta se inscreve em e transforma a experiência popular (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 116).

Outro autor dos estudos culturais trabalhado em “Dos Meios às

Mediações” é Raymond Williams, que reformula a teoria cultural a partir das reflexões gramscianas sobre hegemonia, “deslocando a ideia de cultura do âmbito da ideologia como único âmbito próprio, isto é, da reprodução, até o campo dos processos *constitutivos*, e portanto transformadores do social” (2014, p. 117). Nas palavras de Williams (1969, p. 305), “chamamos cultura a nossa resposta aos acontecimentos que constituem o que viemos a definir como indústria e democracia e que determinaram a mudança das condições humanas”, ou ainda, “a ideia de cultura é a resposta global que demos à grande mudança geral que ocorreu nas condições de nossa vida comum”.

Martín-Barbero também revisa Pierre Bourdieu e sua noção de *habitus de classe*, que permite na estruturação da vida cotidiana a “eficácia da hegemonia programando as expectativas e os gostos segundo as classes” (2014, p. 119), porém critica sua ênfase excessiva na *reprodução*, ao contrário de Williams, que busca perceber também a *produção* de sentido.

Mais um “diálogo” proposto na obra ocorre entre o próprio Gramsci e Marx, a partir da leitura de cada um sobre o fenômeno dos folhetins. Martín-Barbero relativiza sua eficácia ideológica reacionária, que estaria sustentada em uma “moral da história” que induz os sujeitos populares à passividade e à resignação. Ele defende que essa interpretação não permite compreender as “contradições do momento histórico em que o folhetim surge, bem como a marca que tais contradições deixam na sua própria estrutura” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 193). Segundo ele, Marx cai neste erro ao ler o folhetim de Eugène Sue.

O que Marx lê nos *Mistérios de Paris* é a hipocrisia de Rodolfo, a alienação religiosa de Fleur de Marie, o moralismo das reformas sobre as colônias, etc., e daí ele conclui evocando os intransponíveis limites da consciência pequeno-burguesa do autor. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 193).

Gramsci, por outro lado, propõe uma leitura não conteudística do folhetim e “toma outra direção: em vez de ir do texto ao autor, refaz o caminho da situação do povo, das classes subalternas, etc.” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 193). Como aponta Martín-Barbero (2014), a análise de Gramsci sobre literatura nacional está baseada em pergunta sobre as causas de sucesso dos textos, no fenômeno cultural.

Diz Gramsci que: “os jornais são organismos político-financeiros” e o “romance de folhetim é um meio para a difusão desses jornais entre as

classes populares”, o que significa sucesso político e financeiro (GRAMSCI, 1968, p.104). Mas a questão seria compreender o que aquele tipo de texto mobiliza no leitor popular:

deve-se analisar que *ilusão particular* o romance de folhetim dá ao povo, e como esta ilusão se modifica nos vários períodos histórico-políticos: há o esnobismo, mas há um fundo de aspirações democráticas que se refletem no romance de folhetim clássico (GRAMSCI, 1968, p.124).

Ainda com o italiano, a despeito da singularidade dos exemplos abaixo, percebe-se uma formulação teórica perfeitamente análoga à que a viria se consagrar com os estudos culturais de três décadas mais tarde:

Em geral, os leitores de jornal não têm a mesma opinião do jornal que compram, ou são por ela escassamente influenciados: deve-se estudar, por isso, do ponto de vista da técnica jornalística, o caso de *Secolo* e do *Lavoro*, que chegavam a publicar três romances de folhetim para poderem conquistar uma tiragem alta e permanente (deve-se recordar que, para muitos leitores, o “romance de folhetim” é como a “literatura” de classe para as pessoas cultas: conhecer o “romance” que a *Stampa* publicava era uma espécie de “dever mundano” de portaria, corredor e saguão em comum; cada capítulo dava lugar a “bate-papos” nos quais brilhava a intuição psicológica, a capacidade lógica de intuição dos “mais destacados” etc.). (GRAMSCI, 1968, p. 105).

A análise barberiana do folhetim, a partir da *hegemonia*, passa tranquilamente ao cinema:

Freud mostrou que não existe acesso à linguagem que não passe pela moldagem do simbólico, e Gramsci, que não existe legitimação social sem ressemantização a partir do código hegemônico. O cinema medeia vital e socialmente na constituição dessa nova experiência cultural, que é a experiência popular urbana: será ele sua primeira “linguagem”. Para além de seu conteúdo reacionário e do esquematismo de sua forma, o cinema vai ligar-se à fome das massas por se fazerem visíveis socialmente. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 235-236).

E à TV, na qual:

A marca da hegemonia trabalha aí, nessa forma, na construção de uma interpelação que fala às pessoas a partir dos dispositivos que dão forma a uma cotidianidade familiar, que não é apenas subproduto da pobreza e das artimanhas da ideologia, mas também espaço de algu-

mas formas de relação primordial e de algumas vivências que não são menos fundamentais só por serem ambíguas. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 297)

Assim ao falar do percurso “do popular ao massivo”, Martín-Barbero quer superar uma “compreensão dos processos sociais baseada na exterioridade conspirativa da dominação” para uma análise que parta das *mediações*, ou seja, “da hegemonia pela qual se luta, na qual se constituem as classes e se transforma incessantemente, a relação de forças e sentidos que compõem a trama do social” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 131).

O autor se afasta de uma concepção mecânica e fatalista da cultura que fazia da classe dominada um ser passivo, mas, ao mesmo tempo, tenta não cair no outro extremo, nas tendências culturalistas que buscavam em alguma essência do popular a contraposição imediata às classes dominantes. Ele vai defender que:

o valor do popular não reside em sua autenticidade ou em sua beleza, mas sim em sua representatividade sociocultural, em sua capacidade de materializar e de expressar o modo de viver e pensar das classes subalternas, as formas como sobrevivem e as estratégias através das quais filtram, reorganizam o que vem da cultura hegemônica, e o integram e fundem com o que vem de sua memória histórica (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 113).

Consoante ao autor:

Se algo nos ensinou [a ótica gramsciana] é a prestar atenção à *trama*: que nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não é de resistência, e que nem tudo que vem “de cima” são valores da classe dominante, pois há coisas que, vindo de lá, respondem a outras lógicas que não são as da dominação. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 113).

Massificação e emergência da forma hegemônica da política

Em “Dos Meios às Mediações”, podemos dizer que Martín-Barbero mostra proximidade com as formulações de Ernesto Laclau, que é citado de maneira direta por três vezes ao longo da obra. Nas páginas 47 e 48, ao tratar do conceito de povo, quando recupera e tensiona as tradições anarquistas, marxistas e funcionalistas. Na página 230, especificamente, sobre o fenômeno do populismo e referenciando o texto de Laclau

como “o balanço mais aceito da renovação do marxismo”. Assim como na página 290, ao falar de seu “mapa noturno”, citando a afirmação de Laclau de que “a historicidade do social é mais profunda do que aquilo que nossos instrumentos teóricos permitem pensar e nossas estratégias políticas permitem encaminhar” (MARTÍN-BARBERO, 2014).

Entre as obras dos dois autores, podemos assinalar proximidades quanto ao balanço crítico ao marxismo, especialmente na face economista e na defesa da “especificidade do político” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 47), discordando ambos da prioridade ontológica da classe operária como sujeito histórico necessariamente à frente das lutas contra o capitalismo. Desta leitura, recuperam o interesse pelas classes populares, pelos populismos latino-americanos e pela questão democrática.

Outro aspecto pode ser abordado é a relação entre “desprivatização da esfera pública”, massificação da sociedade e emergência da forma hegemônica da política, aspectos atravessados pelos meios de comunicação modernos. Vejamos como Martín-Barbero introduz a questão apoiado em Habermas:

A visibilidade, a presença social das massas, remete fundamentalmente a um fato político. É a revolução convertendo o Estado, como disse Marx, em assunto geral, liberando o político e constituindo-o “em esfera da comunidade, a esfera dos assuntos gerais do povo”. Torna-se assim possível a entrada das camadas sociais não burguesas, da massa de não-proletários, na esfera pública, com o que se transforma o sentido que a burguesia liberal tinha conferido ao público, ao desprivatizá-lo radicalmente. Explica Habermas: “A dialética de uma estatização progressiva da sociedade, paralela a uma socialização do Estado, começa paulatinamente a destruir as bases da publicidade burguesa: a separação entre Estado e sociedade. Entre ambas, e por assim dizer de ambas, surge uma esfera social repolitizada que confunde a diferença entre o público e o privado”. E, não obstante – segundo sentido da inversão –, a crise que a dissolução do público produz na legitimidade burguesa não conduz à revolução social e sim a uma recomposição de hegemonia: “A ocupação da esfera política pela massa de despossuídos conduziu a uma imbricação de Estado e sociedade que acabou arruinando a antiga base do público, sem dotá-lo de outra, nova”. É a partir daí que a cultura é redefinida e modificada em sua função. O vazio aberto pela desintegração do público será ocupado pela integração que produz o massivo, a cultura de massa. Uma cultura que, em vez de ser o lugar onde as diferenças sociais são definidas, passa a ser o lugar onde tais diferenças são encobertas e negadas. E isto não ocorre por um estratage-

ma dos dominadores, e sim como *elemento constitutivo do novo modo de funcionamento da hegemonia burguesa*, “como parte integrante da ideologia dominante e da consciência popular”. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 174, grifo nosso)

Laclau e Mouffe vão justamente apontar que essa transformação histórica não só altera a operação, mas torna *dominante* a dimensão hegemônica da política, no início dos tempos modernos, “quando a reprodução das diferentes áreas sociais se dá em condições de permanente mudança, que exigem constantemente a constrição de novos sistemas de diferenças” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 218). Conforme Martín-Barbero (2014, p. 196), o que se passa na cultura quando “as massas emergem não é pensável a não ser em sua articulação com as readaptações da hegemonia, que, desde o século XIX, fazem da cultura um espaço estratégico para a reconciliação das classes e a reabsorção das diferenças sociais”.

Para finalizar, destacamos a maneira como Laclau e Mouffe veem o papel dos meios de comunicação de massa como um dos três fatores que determinaram a emergência da forma hegemônica da política no pós-guerra. (Os outros dois são a transição de um regime extensivo para um intensivo de acumulação capitalista, a partir da articulação entre processo de produção e consumo; e a ambiguidade do Estado de bem-estar social, que, mesmo tensionado entre a burocratização e a desmercantilização, transforma a noção de cidadania ao agregar a ela os chamados “direitos sociais”).

[As novas formas culturais vinculadas à expansão dos meios de comunicação de massa] possibilitaram uma nova cultura de massas, que abalou profundamente identidades tradicionais. Mais uma vez, os efeitos aqui são ambíguos, já que, juntamente com os efeitos inegáveis da massificação e uniformização, esta cultura midiática também contém poderosos elementos de subversão de desigualdades: os discursos dominantes na sociedade de consumo apresentam-na como progresso social e como avanço da democracia, na medida em que ela permite à vasta maioria da população acesso a um leque cada vez maior de bens. Ora, apesar de Baudrillard estar certo em dizer que estamos “cada vez mais longe de uma igualdade *vis-à-vis* o objeto”, a aparência reinante de igualdade e a democratização cultural que é consequência inevitável da ação da mídia, permitem o questionamento de privilégios baseados em formas mais antigas de *status*. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 248)

Nota-se que a preocupação sobre o caráter ambíguo da massificação

é a mesma de Martín-Barbero.

Assim, pensar o popular a partir do massivo não significa, ao menos não automaticamente, alienação e manipulação, e sim novas condições de existência e luta, um novo modo de funcionamento da hegemonia. Por isso, frente à crítica da massificação, tem-se o direito de perguntar, com A. Signorelli, se o que se rejeita é o que há nela de opressão e domínio, ou o que ela comporta de novas formas de relação social e conflitividade. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 311).

Ainda que essa dimensão esteja pouco presente na obra, em nossa avaliação, trata-se do desafio de reconhecer a fragmentação e a opacidade do terreno social para assumir a forma hegemônica da política e sua consequente articulação entre os diversos conflitos sociais, em torno de um novo bloco histórico nacional-popular que envolva as classes subalternas.

Considerações finais

Uma das muitas maneiras de demonstrar a influência da obra de Martín-Barbero na área acadêmica da Comunicação é analisando a produção científica. Foi o que fizeram Stumpf e Branco (2010), debruçando-se sobre as citações dos artigos publicados pela Intercom – Revista Brasileira de Comunicação entre 1985-2008. Os resultados mostraram que o espanhol-colombiano foi o segundo autor mais citado, atrás apenas de José Marques de Melo. Sendo “Dois Meios às Mediações” a *magnum opus* de Martín-Barbero, a investigação sobre o conceito de hegemonia tenta situar as influências do autor, bem como suas ressignificações dentro de uma certa tradição marxista em que o termo foi desenvolvido.

Está claro que o aporte gramsciano é decisivo na obra analisada. *Hegemonia* (junto de *sociedade civil* e, até, *nacional-popular*) permite a Martín-Barbero uma análise não reducionista do fenômeno cultural na sociedade de massas, rompendo com um paradigma que considerava excessivamente passivas as classes populares e excessivamente monolítica a indústria cultural. O espanhol-colombiano mostra que nem todo consumo é sinal de aceitação e que as expressões populares são parte integrante da cultura de massas: se não fossem não haveria exercício de hegemonia.

Em termos de estratégia política, o conceito de hegemonia não se desenvolve de maneira explícita em Martín-Barbero. Não há referências, por exemplo, a conceitos como de “guerra de posição”, “guerra de movimento” e “bloco histórico”. As ideias de “nacional-popular” e “so-

cialismo” também não ganham relevo, ainda que haja estudo aprofundado do populismo latino-americano. São questões que qualificam a compreensão de “hegemonia” em Gramsci. Isso não impede, no entanto, que a pesquisa e as conclusões de “Dos Meios às Mediações” deixem de contribuir nesse terreno específico. Por ser uma chave importante na compreensão do fenômeno cultural e da comunicação de massa na América Latina, a obra barberiana é fundamental também para pensar as lutas por democracia radical na atualidade.

REFERÊNCIAS

BURGOS, Raúl. Los avatares de una herencia incómoda: El complicado diálogo entre Gramsci y la izquierda en América Latina. **Controversias y Concurrencias Lationa-mericanas**, v. 3, p. 237-262, 2012. Disponível em https://www.academia.edu/14882606/Los_avatares_de_una_herencia_inc%C3%B3moda_el_complicado_di%C3%A1logo_entre_Gramsci_y_la_izquierda_latinoamericana. Acesso em: 16 jul. 2016.

CHITTÓ STUMPF, Ida Regina; DE SOUZA BRANCO, Zuleika. Análise de citações dos artigos da Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (1985- 2008). **Informação & Informação**, [S.l.], v. 15, n. 1esp, p. 93-109, dez. 2010. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5597>. Acesso em: 16 jul. 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Literatura e Vida Nacional**. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira, 1991.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista**: Por uma Política Democrática Radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De la filosofía a la comunicación/cultura**: O de cómo un filósofo se extravió – y se encontró con este país, y con América Latina – en el campo de los estudios de la comunicación y las culturas. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2004. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/7657776/De-la-filosofia-a-la-comunicacion-cultura-Autobiografia-de-JMB>. Acesso em: 16 jul. 2016.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações**: Comunicação, Cultura e Hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1969.

